

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**IE – INSTITUTO DE ECONOMIA**

**TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA**

**A ARGENTINA E SUAS PERSPECTIVAS DE  
CRESCIMENTO FRENTE À SUA DEPENDÊNCIA  
EM RELAÇÃO À SOJA**

Aluno: Bernardo Castañon Santos Valle

Nº de registro: 105093091

[Bernardo.valle@hotmail.com](mailto:Bernardo.valle@hotmail.com)

Orientador: Alcino Ferreira Câmara Neto

[Alcino@ccje.ufrj.br](mailto:Alcino@ccje.ufrj.br)

Setembro de 2010



Gostaria de agradecer à minha família, em especial à minha mãe e à minha avó Sonia, que sempre me apoiaram e me incentivaram. Um obrigado especial à minha namorada, e futura esposa. Agradeço, também, ao meu orientador, Alcino Ferreira Câmara Neto, pelo apoio e compreensão.

# Índice

Introdução.....	5
CAPÍTULO I: Revisão bibliográfica – países emergentes dependentes de exportações de <i>commodities</i> .....	6
1.1 Desenvolvimento “para dentro” e “para fora”.....	7
1.2 Exportações e seus impactos no balanço de pagamentos.....	9
1.3 Exportações e o mercado internacional de <i>commodities</i> .....	11
CAPÍTULO II: A economia argentina.....	14
2.1 Macroeconomia argentina.....	14
2.1.2 O fim do modelo Neoliberal.....	18
2.2 O setor agroexportador.....	20
2.2.1 O setor de maquinário agrícola.....	21
Capítulo III: Desenvolvimento não se copia, se cria.....	25
3.1 O Estado e o desenvolvimento.....	25
3.2 Os diferentes tipos de Estados.....	26
3.2.1 Estados predatórios.....	26
3.2.2 Estados desenvolvimentistas.....	27
3.2.3 Estados intermediários.....	28
3.3 O Estado argentino.....	29
Conclusão.....	31
Bibliografia .....	32

## Introdução

O objetivo principal desse texto é entender a estrutura da economia argentina bem como avaliar as suas perspectivas de crescimento. Para tal serão apresentadas algumas ferramentas, importantes para um melhor entendimento, bem como fatores capazes de influenciar ou, até mesmo, impedir o tão esperado desenvolvimento.

No capítulo inicial, partimos de uma breve revisão bibliográfica onde serão abordados alguns tópicos discutidos por renomados autores, tais como Raul Prebisch, e por importantes instituições como a Cepal, que concernem à temática a ser abordada nos capítulos seguintes. No segundo capítulo será feito um estudo a respeito da economia argentina, onde se pode encontrar um recente período histórico, destaque para o governo Menem, essencial para o entendimento da situação econômica dos dias de hoje bem como alguns dados do setor agroexportador, atualmente o de maior importância. O terceiro e último capítulo analisa diferentes formas de atuação dos Estados e como o mesmo é capaz de determinar as trajetórias de desenvolvimento de diferentes países bem como uma análise do caso argentino.

A idéia desse texto não é propor soluções para o desenvolvimento argentino, mas compreendermos as possibilidades que dispõe. Ao final esperamos obter um bom entendimento da economia argentina bem como vislumbrar o que a espera dentro de um futuro próximo.

## Capítulo 1: Revisão bibliográfica – países emergentes dependentes de exportações de commodities

O objetivo central deste capítulo não é discutir formas alternativas para a organização das estruturas econômicas dos países emergentes, mas tentar compreender os resultados alcançados através de suas estruturas atuais, sem esquecer o tema central deste trabalho – a economia argentina.

*“O desenvolvimento econômico continua a ser um processo de transformação da economia e da sociedade fundado na acumulação de capital, conhecimentos, tecnologia, capacidade de gestão, e de organização de recursos, educação, e capacitação da força de trabalho e na estabilidade e permeabilidade das instituições, dentro das quais a sociedade negocia seus conflitos e mobiliza seu potencial de recursos.” (FERRER, 2004 pp. 292)*

Muito se pode discutir a respeito das distintas formas como uma determinada economia pode se organizar, se sua produção vai se voltar para o mercado interno ou externo, se vai produzir bens com elevado valor agregado e desenvolver novas tecnologias ou se irá produzir bens *in natura*; se vai praticar o livre comércio abrindo o mercado na tentativa de que importações relativamente mais baratas possam contribuir para trazer novas tecnologias ou se vai aplicar elevadas taxas às importações, na tentativa de proteger um incipiente setor produtivo nacional. São inúmeras as formas através das quais um país pode se organizar e estruturar a sua economia para trilhar o tão desejado caminho para o desenvolvimento. Dito de outra forma,

*“De um ângulo estritamente econômico poder-se-ia entender por estilo de desenvolvimento a maneira em que, dentro de um determinado sistema, se organizam e se destinam os recursos humanos e materiais com o objetivo de resolver as questões o que, para quem e como produzir os bens e serviços.”<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup>Tradução livre. No original em espanhol: “Desde un ángulo económico estricto podría entenderse por estilo de desarrollo la manera en que dentro de un determinado sistema se organizan y asignan los recursos humanos y materiales con el objeto de resolver los interrogantes sobre qué, para quiénes, y cómo producir los bienes y servicios.” (PINTO, 2008. pp. 78)

Evidentemente, duas das três questões introduzidas na citação anterior estão intimamente ligadas, são elas: o que produzir e para quem produzir. O entendimento das respostas a essas questões permite a compreensão de parte das escolhas feitas por determinado país. Por outro lado, a resposta à terceira questão, como produzir, vem se mostrando cada vez mais importante: como ser competitivo e manter boas práticas, como o respeito ao meio-ambiente e aos direitos humanos, algo nem sempre encontrado com a frequência desejada.

### **1.1 Desenvolvimento “para dentro” e “para fora”**

Por muitos anos a literatura sobre crescimento econômico disponibilizada pela CEPAL, com destaque para Raul Prebisch, considerava o aumento de exportações como sendo algo primordial para que fosse alcançado um nível de crescimento econômico sustentável. Um fator limitante para o processo de industrialização era, em boa parte dos casos, o fato de possuírem um reduzido mercado interno, e outro agravante era a questão da restrição de divisas.

Diferentemente do encontrado anteriormente, as mais recentes idéias caminham em um sentido um pouco diferente do modelo proposto pela Cepal. As relações de causalidade entre exportações e crescimento econômico já não aparecem de forma tão direta. Mais recentemente o debate tem se centrado no fato de um país poder ter o seu crescimento liderado pelas exportações ou pelo mercado interno, ou, como se refere o Banco Mundial, uma via “orientada para fora” e outra “orientada para dentro”, tal como ocorrido na Ásia e América Latina, respectivamente. De acordo com Prebisch, o papel das exportações para a expansão de uma determinada economia dependerá de inúmeras características estruturais, contudo, estas sempre terão um papel de extrema importância no relaxamento e financiamento das restrições externas, exceção feita aos Estados Unidos, responsável pela emissão da moeda de circulação internacional. Desta forma, é importante deixar claro o papel das exportações como facilitador para o financiamento externo, independentemente de exercer uma influência mais ou menos relevante como componente da demanda efetiva.

Ainda de acordo com Prebisch, as exportações são uma função do nível de atividade e renda do resto do mundo, sendo totalmente indiferentes ao nível de atividade doméstica, enquanto as importações são induzidas pelo nível de renda e produto interno. Em inúmeros países, os bens exportados são produtos agrícolas, bens de baixa

elasticidade renda, enquanto os bens importados são bens industrializados, de elevada elasticidade. Dessa forma, caso um país que apresente uma pauta de comércio como a descrita acima queira exercer suas “vantagens comparativas”, isto é, exportar bens agrícolas com baixa elasticidade e importar bens industriais de alta elasticidade, para que a conta possa fechar, ele deverá apresentar, permanentemente, taxas de crescimento econômico inferiores às apresentadas pelo resto do mundo.

*“À medida que a renda real per capita ultrapassa certos níveis mínimos, a demanda de produtos industriais tende a crescer mais do que de alimentos e outros produtos primários. Não obstante, a situação dos países menos desenvolvidos é muito distinta da dos centros, pois estes importam aqueles produtos primários de menor elasticidade renda da demanda do que a dos artigos industriais que a periferia importa dos centros. Para crescer sua renda real, os países periféricos necessitam importar bens de capital cuja demanda cresce com esta renda ao mesmo tempo em que a elevação do nível de vida se manifesta em intensa demanda de importações de grande elasticidade que tendem a crescer mais do que a renda” (PREBISCH, 1951 pp271)*

É importante deixar claro que a solução para a restrição apresentada pela balança comercial não deve ser restringir o comércio internacional, mas sim, uma política em prol da industrialização. Seu papel seria o de aumentar as exportações e, conseqüentemente, liberar o crescimento das importações, sem que tal economia deva apresentar taxas de crescimento inferiores a do resto do mundo. Tal idéia tem sido vista pela CEPAL como uma estratégia de desenvolvimento para a América Latina. Esses países deveriam se integrar comercialmente de forma a possibilitar um ganho de escala grande suficiente para que suas produções fossem viabilizadas.

*“Não se trata certamente de autarquia, de perseguir a redução sistemática das importações senão, pelo contrário, de importar o quanto se pode em virtude das exportações e dos investimentos estrangeiros. (...) As possibilidades de crescer de outra forma são muito limitadas, se bem que não se deva descuidar de modo algum toda a possibilidade de se obter um crescimento satisfatório das exportações.” (PREBISCH, 1951 pp251)*



## 1.2 Exportações e seus impactos no balanço de pagamentos

Dois são os pontos sobre os quais devemos nos ater. Em primeiro lugar, o impacto de cada medida no balanço de pagamentos e, por último, o efeito obtido sobre o dinamismo do mercado interno. Algo importante de ser frisado é que quanto maior for a produção de meios de produção internamente, menor será a propensão a importar associada a uma determinada taxa de investimento, aliviando o balanço de pagamentos. Além disso, no caso de maior utilização do setor doméstico de meios de produção o componente autônomo da demanda final nos mercados de produção e emprego será positivamente impactado. Caso a maior parte da produção se dê no exterior, esse efeito acelerador ocorrerá nos países onde se realiza a mesma, isto é, a utilização do mercado interno permite a ocorrência do efeito multiplicador em casos de expansões dos gastos autônomos. Dessa forma, o crescimento do setor interno não seria, rapidamente, pressionado, ou mesmo limitado, por restrições do balanço de pagamentos.

Ainda neste sentido, parece razoável analisarmos a relação entre exportações e crescimento, isto é, o financiamento externo e a possibilidade de ocorrência de crescimento econômico dado um constante déficit em conta corrente.

De acordo com o argumento utilizado por Mário Henrique Simonsen junto aos técnicos do Fundo Monetário Internacional, sobre a crise da dívida externa brasileira nos anos 1980, ao mostrar que não se tratava de uma “crise temporária de liquidez”, se a taxa de crescimento das exportações for, permanentemente, inferior à taxa de juros básica da economia, mesmo se o déficit comercial for pequeno, a razão passivo externo/exportações cresce sem limites. Em algum momento um ajuste deverá ser feito, de forma a gerar um superávit comercial capaz de inverter essa tendência ou, pelo menos, capaz de estabilizar a expansão do passivo externo.

*“O custo efetivo em divisas do financiamento via investimento seria até superior ao de financiamento por dívida externa de longo prazo na medida em que as taxas de lucro tendem a ser maiores que as taxas de juros e que o “reinvestimento” dos lucros das transnacionais deve ser visto como novo fluxo bruto de capital (implicando em novos direitos a futuras remessas) e portanto não deve ser deduzido do custo do fluxo anterior.” (KREGEL, 1996 pp7)*

A questão da sustentabilidade dos seguidos déficits deve ser percebida nos fluxos sejam de dívidas de curto ou longo prazo sejam de investimentos diretos, sendo que ambos seriam diferenciados, apenas, por seus custos.

*“Também é provável que o custo de atrair capital externo através da abertura de um diferencial expressivo entre as taxas de juros externas e internas através do financiamento externo de fundos que, de uma forma ou de outra, estão atrelados à dívida interna, esteja bem mais próxima ao valor em dólares da taxa de juros doméstica do que da taxa de juros em moeda estrangeira a qual o país capta financiamento no mercado internacional.” (SERRANO, 1998 pp16)*

Ainda de acordo com as idéias de Serrano, dada a grande dificuldade de se discriminar as diferentes taxas de retornos dos diversos tipos de passivos externos, um bom indicador da evolução da trajetória de crescimento com déficit externo é a evolução da razão déficit em conta corrente / exportações. Através da utilização desse indicador também se pode conhecer os reflexos de impactos oriundos do aumento do coeficiente e volume de importações, algo bastante recorrente nas experiências de abertura comercial e financeira vividas, principalmente, por países emergentes ao longo de toda a década de 90.

Deve-se observar, contudo, que ainda que trajetórias insustentáveis de crescimento acompanhado de déficits estruturais levem a desacelerações nas taxas de crescimento, nem sempre acarretarão em crises financeiras e cambiais, os ajustes podem se dar de maneira não tão brusca. Na maioria dos casos, as crises ocorrem quando o volume de vencimentos não refinanciados leva a um fluxo bruto de saída de capitais e, conseqüentemente, a uma situação de insuficiência de reservas. Dessa forma, pode-se estabelecer a relação passivos externos por vencer / reservas internacionais como uma medida de crises.

*“As condições relevantes para a ocorrência de uma crise cambial ou crise de liquidez externa, dependem da magnitude dos passivos externos que estão para vencer em relação às reservas externas.” (SERRANO, 1998 pp17)*

Dito isto, podemos fazer uma diferenciação entre os passivos de curto e longo prazo e os investimentos diretos. Estes, geralmente, não são acompanhados de

vencimentos, não se caracterizando, assim, por gerar pressões com obrigações externas. No caso do financiamento externo, deve-se fazer clara distinção entre os de curto e longo prazo. Os de longo prazo permitem um melhor controle para sua rolagem e, conseqüentemente, uma melhor gestão da dívida. Os de curto prazo, por sua vez, são os que geram maiores apreensões quanto aos seus vencimentos, sem qualquer garantia se poderão ser rolados ou não, uma origem de pressões permanentes sobre as reservas internacionais de seu país.

Evidentemente, à medida que cresçam os passivos externos de curto prazo, maior será a fragilidade financeira e, conseqüentemente, maior o risco de uma crise de liquidez. Por outro lado, quanto maiores os prazos dos empréstimos externos ou quanto maior seja a parcela financiada por investimento direto, menores serão, relativamente, as dificuldades enfrentadas por tal economia no curto prazo.

### **1.3 Exportações e o mercado internacional de *commodities***

Ao se pensar na exportação de produtos primários, duas são as questões centrais a serem discutidas, em primeiro lugar, deve-se destacar a variação dos preços, e de que forma a produção acompanha, ou não, a mesma, e, em segundo lugar, como o excedente agrícola será utilizado tendo em vista a viabilização de uma política de desenvolvimento nacional, sem que isso signifique planificação da economia.

Por muitos anos, discutiu-se que o mercado internacional de bens agrícolas não era representativo, sendo, apenas, residual, pois a maior parte das transações era feita num plano nacional, em função de excessivas regulações governamentais. Nos últimos anos, com a ampliação do comércio mundial, a situação se inverteu, os mercados internacionais estão cada vez maiores e, em função disto, já não conseguem passar ao largo das forças especulativas dos poderosos *hedge funds*<sup>2</sup> internacionais.

Em um primeiro momento os produtores não podiam ver nas elevações de preços uma causalidade direta com um aumento de demanda, dada a sua pequena representatividade. Hoje, porém, tampouco podem fazê-lo, pois os mercados se

---

<sup>2</sup> São fundos de investimento alternativos, não regulados, que buscam diversificar suas carteiras nos mais diversos mercados, dentre eles os mercados de *commodities*.

encontram extremamente influenciados por fatores não ligados, única e exclusivamente à oferta e demanda<sup>3</sup> de tais bens.

Por tudo isso, para os envolvidos no mercado produtivo é bastante complicado entender os movimentos de preços, distinguindo forças especulativas de fundamentos relacionados à produção, e realizar qualquer tipo de previsão em função deles. Tal falta de entendimento, sem dúvida, dificulta, e muito, o posicionamento estratégico de muitos países, trazendo, ainda mais, instabilidade aos mercados. Os efeitos de tais instabilidades são bastante expressivos, comumente nos deparamos com um ano de forte expansão do PIB, orientada por aumento das exportações de *commodities*, seguido de outro de rápida e acentuada reversão desta tendência. As conseqüências desta instabilidade são claras, nos anos de retração a balança comercial se torna deficitária, ou pelo menos terá o seu superávit consideravelmente reduzido, acarretando em pressões no mercado de câmbio e levando este a uma trajetória declinante. A outra face da moeda também está presente, nos anos de forte expansão de exportações a balança comercial aponta fortemente para cima, ocorrendo maciça entrada de capitais e forte apreciação de moedas, em muitos casos, não tão fortes, o que tende a ser provocado exclusivamente por razões de fluxo intensivo de entrada de divisas, tornando o câmbio bastante desfavorável para o setor verdadeiramente produtivo e, em alguns casos, até mesmo um entrave para o crescimento econômico de determinados países. Tal situação em que a apreciação cambial chega a prejudicar o desempenho econômico de um dado país ficou conhecida como doença holandesa<sup>4</sup>.

Como forma de tentar reduzir tais oscilações cambiais, origem de muitos desequilíbrios macroeconômicos, e tornar a trajetória de crescimento econômico de um dado país algo mais homogêneo, vem-se praticando expressivo aumento de reservas internacionais. O Brasil, por exemplo, recentemente alcançou a impactante marca de duzentos e cinquenta bilhões de dólares, segundo dados oficiais do Banco Central do Brasil para o mês de junho de 2010 e a Argentina cerca de quarenta e cinco bilhões no terceiro trimestre de 2009.

---

<sup>3</sup> É bastante comum vermos variações bruscas nos preços internacionais quando se aproxima o período de vencimento dos mercados de opção e futuro, sem que qualquer fato novo tenha sido acrescido ao cenário de preços.

<sup>4</sup> Convencionou-se chamar de doença holandesa os casos onde os países passam por um aumento expressivo de receitas oriundas da exportação de recursos naturais e vêem seu câmbio passar por forte apreciação, prejudicando, num segundo momento, as exportações de outros bens. A doença holandesa faz referência à escalada do preço do gás nos anos 60 e aumento expressivo das receitas oriundas da exportação do mesmo, levando à apreciação do Florim e fazendo com que, nos anos 70, as exportações dos demais produtos caíssem bastante dada a sua perda de competitividade.

Um indicador de que os níveis de reserva vêm sendo utilizados como uma forma de mostrar relativa estabilidade ao mundo é o fato de que os países com maiores níveis são aqueles com uma trajetória recente de elevadas incertezas, como o caso dos BRICs<sup>5</sup>, os quatro países estão entre os sete maiores detentores de reservas internacionais do mundo, o que foi capaz de torná-los mais seguros perante os investidores internacionais. As reservas servem como uma garantia de que em momentos de fraca entrada de recursos e, por conseguinte, de reduzido financiamento internacional o país poderá se financiar e, logo, sofrerá menos com pressões oriundas do mercado de câmbio, evitando, assim, que sofra com situações de fuga de capitais e desvalorizações excessivas no mercado de câmbio, acarretando em um *pass through* inflacionário e necessidade de alta de juros.

A estabilização do mercado de câmbio é de vital importância para o setor produtivo, de forma a permitir que este possa realizar suas previsões e, com base nas mesmas, seus investimentos, preocupando-se, unicamente, com questões que concernem ao lado produtivo, afastando a incerteza e, principalmente, garantindo que fatores cambiais não possam transformar uma indústria viável em um custo afundado.

---

<sup>5</sup> A expressão BRIC foi cunhada pelo economista Jim O'Neill (chefe de pesquisa em economia global do Banco Goldman Sachs) para destacar aqueles que seriam os quatro principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, China e Índia.

## Capítulo 2: A Economia argentina

### 2.1 Macroeconomia argentina

Neste capítulo, serão apresentados alguns dados macroeconômicos da economia argentina bem como o peso do setor agroexportador, sabidamente o de maior relevância. Historicamente conhecida como o celeiro do mundo, resta saber se os *hermanos* ainda devem se apoiar nessa histórica vantagem comparativa como mola propulsora de seu desenvolvimento ou se devem estimular novas formas de produção.

Desde o século XIX, quando a Argentina solicitou aos Estados Unidos que realizassem a impressão de pesos argentinos<sup>6</sup>, com a intenção de diminuir as falsificações, e passou a utilizar papel-moeda com a marcante presença de George Washington no verso, já se podia perceber a vontade de o peso ser transformado em Dólar.

Pode-se dizer que os rumos da história começaram a mudar no marcante 9 de julho de 1989, quando o presidente Raúl Alfonsín entregou o cargo ao candidato eleito Carlos Saúl Menem. Era a primeira sucessão constitucional desde 1928 e a primeira vez desde 1916 que um presidente passava o poder para um candidato da oposição. Era a confirmação de um efetivo restabelecimento do regime democrático que ressurgira em 1983. Contudo, tal feito foi obscurecido por uma grave crise de enormes proporções. A hiperinflação iniciada no mês de abril de 1989 se prolongou até agosto do mesmo ano, alcançando 200% em julho, em dezembro ainda se matinha em 40%. Os Austrais<sup>7</sup> eram trocados por dólares, lojas e supermercados eram saqueados e, como resultado, a repressão foi responsável por inúmeras mortes.

O cenário para o novo governo era, sem dúvida, muito complexo e bastante desanimador. Mudanças profundas deveriam ser feitas nas mais diversas áreas, de forma a garantir a governabilidade e o ressurgimento de uma nação.

*“Com um Estado em bancarrota, uma moeda arrasada, salários inexistentes e violência social, ficou exposta a incapacidade que, naquele momento, o Estado tinha para governar e até para garantir a ordem. A primeira coisa que o novo*

---

<sup>6</sup> Faz referência ao ano de 1822 quando o governo argentino solicitou aos Estados Unidos a impressão de pesos.

<sup>7</sup> Moeda corrente do período.

*presidente deveria resolver era como recuperar os atributos do governo.”*  
(Romero, 2006 pp254)

A resposta a ser dada por parte do Estado argentino parecia ser simples, seguir o novo senso comum dos economistas e governantes de todo o mundo. Isto é, facilitar a abertura econômica de maneira a possibilitar a sua integração ao novo mundo globalizado, além de desmontar qualquer tipo de mecanismo estatal intervencionista, visto como oneroso e ineficiente. Os gastos deveriam ser reduzidos aos níveis das receitas, sua participação na economia deveria ser retirada além de viabilizar uma economia aberta à competição internacional. A crise de 1989 abria espaço para as mudanças, permitindo uma completa transformação da economia argentina.

*“Segundo o diagnóstico predominante, a economia da argentina era pouco eficiente, devido à alta proteção que o mercado local recebia e aos subsídios que, sob várias maneiras, o Estado concedia a diversos setores econômicos, todos que na longa disputa distributiva tinham conseguido assegurar sua quota de assistência. À ineficiência produtiva, que dificultava a inserção na economia mundial globalizada, juntava-se o déficit crônico de um Estado excessivamente pródigo, que, para saldar suas contas, habitualmente recorria à emissão monetária, resultando na seqüela da inflação.”* (Romero, 2006 pp255)

O novo governourgia por obter resultados imediatos e espetaculares, concentrando-se, assim, em um amplo processo de privatizações, maneira rápida de retirar a “maléfica” participação do Estado além de garantir os fundos necessários para o mesmo, destaque para as privatizações da Entel, empresa de telefonia, e das Aerolineas Argentinas, empresa de aviação. Aceitou-se que o pagamento fosse feito com títulos da dívida externa, através de seu valor de face<sup>8</sup>, forma encontrada pelo governo para recuperar o apoio de seus credores, permitindo a troca de papéis com valor e resgate incerto por ativos empresariais. Além disso, o governo tratou de garantir amplas vantagens às empresa recém privatizadas, tais como elevados aumentos tarifários, reduzida regulamentação além de situações de confortáveis monopólios por longos períodos. Como resultado, em pouco mais de um ano o governo já havia

---

<sup>8</sup> Valor muito inferior ao valor de Mercado.

privatizado boa parte de suas empresas, dentre elas, a rede viária, canais de televisão, ferrovias e áreas petrolíferas, todos sob as mesmas condições vantajosas.

Além do amplo processo de privatizações, também foi dada grande importância à abertura econômica, o que não pode ser considerado uma garantia de que a mesma tenha sido feita de maneira mais criteriosa. Barreiras e cotas foram retiradas e tarifas foram reduzidas. Os dois objetivos principais do processo de abertura econômica eram em si contraditórios, reduzir a inflação, através da importação de produtos com menor preço, e aumentar a arrecadação fiscal, com altas tarifas de importação.

Passada a década perdida<sup>9</sup> e revertido o fluxo negativo de capitais para a América Latina, o presidente Menem começou a modificar o rumo da economia argentina, de forma a aproveitar o cenário internacional favorável que começou a se delinear, seguindo à risca as determinações do Consenso de Washington<sup>10</sup>. Empresas foram privatizadas, o mercado cada vez mais desregulamentado e a economia aberta. Para resolver a questão da inflação, que estava na casa dos três dígitos, o ministro da economia Domingo Cavallo criou um sistema de conversibilidade cambial. A paridade peso-dólar trouxe equilíbrio e estabilidade, permitindo seguidos anos de forte crescimento a taxas significativas.

*“A redução geral das tarifas, que caíram em um terço do valor anterior, o que concretizava a abertura econômica tantas vezes anunciada e mostrava a seriedade com que o programa de reformas seria encarado. Os resultados imediatos foram excelentes. O programa acabou com a fuga do capital nacional para o dólar, provocou o reingresso de capitais emigrados, as taxas de juros baixaram, a inflação caiu, houve um rápido reaquecimento da economia e a arrecadação fiscal melhorou. Nesse contexto, e graças ao resgate de títulos da dívida, feitos com as privatizações, no ano seguinte se chegou a um acordo com*

---

<sup>9</sup> Período que faz referência à década de 1980, quando as taxas de crescimento foram extremamente baixas, os fluxos de capitais desapareceram e os países da América Latina foram assolados pela crise da dívida.

<sup>10</sup> O termo foi cunhado pelo economista John Williamson e faz referência ao receituário de políticas neoliberais adotado pelo FMI em 1990. Tais políticas haviam sido definidas em novembro do ano anterior por renomados economistas do Tesouro dos Estados Unidos, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional além de outras importantes instituições, composto por dez regras básicas: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de Mercado, câmbio de Mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, política de privatizações, afrouxamento das leis econômicas e, principalmente, trabalhistas e direito à propriedade intelectual.



*os credores externos, dentro do Plano Brady: a Argentina recuperou a confiança dos investidores.” (Romero, 2006 pp259)*

Os primeiros anos da década de 1990 foram bastante promissores para a economia argentina. Em meio a um cenário internacional de relativa calma, observou-se considerável entrada de dólares, permitindo que o Estado saudasse boa parte de seu déficit e que as empresas privadas se reequipassem. Dessa forma, imperava o clima de otimismo e confiança, fazendo com que o governo passasse pelas eleições de 1991 sem grandes dificuldades. Tal clima de euforia mesclado com os bons resultados econômicos obtidos em um período de tempo relativamente curto permitiu ao ortodoxo ministro Cavallo rodear-se dos mais bem preparados economistas, e também ortodoxos, em sua maioria com pouca experiência política.

Dessa forma, foi mantida a trajetória de reformas e privatizações. Privatizou-se um dos maiores símbolos nacionais, a YPF, foi feita a reforma da previdência, reformas trabalhistas, ainda que com pouco avanço e no campo fiscal. A economia argentina vivia os seus anos dourados, o consumo se elevava, a inflação estava sob controle, o PIB crescia a taxas robustas e o governo chegou a apresentar períodos de superávit, o que escondia os resultados mais duros das reformas implementadas - o desemprego.

A onda de privatizações foi acompanhada por inúmeras demissões; agora sob administração privadas, as inchadas empresas estatais foram enxugadas. Além disso, como reflexo da acelerada abertura econômica, boa parte o setor produtivo nacional se viu em situações bastante complexas em função da concorrência externa. A indústria nacional foi obrigada a modernizar seu parque produtivo e, principalmente, a reduzir os seus custos, o que, invariavelmente, era feito através de cortes de pessoal, sem falar no alto índice de falências.

Durante a reforma da constituição, realizada no ano de 1994, já podia ser percebida uma crescente dificuldade em função da elevação das taxas de juros internacionais. Nesse contexto o ministro Cavallo lançou mão de mais um pacote de reformas. A chamada Segunda Reforma do Estado, novas empresas foram privatizadas e houve um rígido ajuste das transferências de fundos para as províncias. Juntamente com isso, no início do ano de 1995 foram sentidos os efeitos “Tequila”, resultados da crise mexicana, que culminou com a desvalorização do peso mexicano. Movimento que poderia ter ocorrido com o peso argentino em função da ampla saída de recursos que

acabou por mergulhar a economia em um período recessivo, além da aceleração do déficit fiscal e sem falar no desemprego que alcançou a marca dos 18%.

O governo atuou de maneira rápida e eficiente, gozando de amplo apoio de instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial houve corte de gastos, redução de salários estatais além de forte aumento de impostos. Como resultado a economia não chegou a desmoronar mas teve de enfrentar uma prolongada recessão.

### **2.1.2 O fim do modelo Neoliberal**

Aos poucos o sistema foi se mostrando concentrador de riquezas e de capitais, sendo bastante maléfico às pequenas e médias empresas. Tais empresas eram responsáveis por cerca de dois terços do PIB e 80% dos empregos. Ao longo dos anos noventa o endividamento externo cresceu 150%, fazendo com que o sistema se tornasse extremamente dependente do ambiente internacional.

Passados mais de cento e cinquenta anos do pedido aos Estados Unidos para impressão de sua moeda, constava na constituição que um peso deveria corresponder a um dólar americano, missão que se mostrou bastante árdua para as autoridades monetárias do país. Com a dolarização da economia, as importações se tornaram cada vez mais atrativas e as exportações, por sua vez, se reduziam, o que acabou por conduzir a um esvaziamento do parque produtivo da segunda economia da América do Sul. Além disso, a crise dos Tigres<sup>11</sup> em 1997 e a crise da Rússia serviram como catalizadores para o conturbado período que vivia a Argentina e que se seguiria até os primeiros anos do novo milênio. Com tudo isso, o fim da paridade seria apenas uma questão de tempo, quatro anos se passaram até o fatídico dezoito de dezembro de 2001, quando a revolta da população culminou com a saída do então presidente Fernando De La Rúa e do ministro da economia Domingo Cavallo. O que se seguiu foram dias de caos e muita incerteza, a capital federal foi, novamente, tomada por saques, além dos já conhecidos inúmeros protestos, todos fortemente reprimidos pela polícia.

Entre o final de 2001 e o início de 2002 ocorreram mudanças extraordinárias, tanto na situação política como financeira do país. A renúncia do presidente De La Rúa foi seguida pela indicação de diversos presidentes pelo congresso, até que, finalmente, Eduardo Duhalde pudesse conduzir o país às eleições, culminando com o triunfo de um

---

<sup>11</sup> Faz referência a crise econômica e financeira que assolou o grupo de países conhecidos como Tigres Asiáticos e se expandiu para o resto do mundo.

candidato peronista, então governador de Santa Cruz, Nestor Kirchner, em abril de 2003.

As vésperas da implantação do *corralito*<sup>12</sup> a situação econômica era caótica, a paridade coexistia com níveis de reservas extremamente reduzido e uma crescente e impagável dívida externa. As reservas podiam garantir, apenas, 25% dos passivos do sistema monetário, enquanto os juros da dívida representavam 50% do valor das exportações e mais de 20% de todo o gasto público. Isto representava o pior endividamento de toda a América Latina e mesmo do mundo.

*“Num regime de fato dolarizado, a ausência de um prestamista de última instância e o fechamento do acesso ao crédito internacional devido à explosão do risco país desataram uma crise de desconfiança de caráter terminal. No transcurso de 2001, registrou-se uma saída de capitais de 20 bilhões de dólares, com a perda de metade das reservas internacionais.”* (FERRER, 2004 pp. 299)

Passado o período da paridade peso-dólar a economia argentina, inicialmente, seguiu mergulhada em uma grave crise, tanto econômica quanto política. Contudo, o período que se seguiu à eleição do presidente Kirchner foi bastante positivo, sem que nos esqueçamos, porém, que a base de comparação foi fortemente impactada por alguns anos de desempenho extraordinariamente fraco.

Dados os excessivamente reduzidos níveis de reservas internacionais e o alto endividamento, além da consequente explosão do risco país, ao longo de todo o ano de 2001 já se discutia se o não pagamento da dívida externa implicaria em rompimento das relações internacionais, inclusive comerciais. Porém, diferentemente do imaginado, o problema tendeu a limitar-se ao âmbito financeiro, e o impacto causado à economia real alcançou níveis inferiores aos vistos na área financeira.

*“No contexto de uma recessão econômica e um desemprego sem precedentes, as desesperadas tentativas finais de reestabelecer a confiança, com o chamado déficit zero, revelaram o desatino em que havia caído o modelo neoliberal. Este abarcava um regime monetário insustentável e outras regras do jogo igualmente incompatíveis com o desenvolvimento e os equilíbrios macroeconômicos. Entre*

---

<sup>12</sup> Nome dado ao bloqueio das contas bancárias imposto em dezembro de 2001 pelo governo do presidente Fernando de La Rúa, termo cunhado pelo jornalista econômico Antonio Laje.

*essas regras estavam a abertura do mercado interno com uma taxa de câmbio supervalorizada, a radicação de filiais de empresas estrangeiras com enormes déficits em suas transações com o exterior e uma reforma previdenciária que subtraiu grande volume de recursos do setor público.” (Ferrer 2004 pp. 299)*

Como saída à crise se fez necessária a desvalorização da moeda e a pesificação da economia. Tal solução não foi facilmente aplicada dada toda a base econômica estar baseada na moeda americana. Dessa forma, ao longo dos primeiros anos do novo século imperou a desordem no âmbito financeiro, no orçamento público e no regime cambial. Viu-se nova queda nos níveis de produção e aumento do desemprego, além do reaparecimento de uma inflação mensal de dois dígitos, revelando ainda um forte impacto do desmoronamento do sistema neoliberal sobre a economia real. Dado tal cenário, prevaleciam todo tipo de previsões apocalípticas sobre o futuro imediato do país.

## **2.2 O setor agroexportador**

Dado o extraordinário aumento nos preços das *commodities* os países em desenvolvimento, bastante beneficiados por tal movimento de preços, também viram suas produções crescerem de forma considerável. No caso argentino houve um espetacular aumento nas áreas do cultivo de soja. Se considerarmos todo o complexo envolvido na sua produção, tais como cultivo, maquinário e processamento, este conjunto de atividades representa 24,4%<sup>13</sup>, valor que apresenta trajetória ascendente desde os anos 1980. O óleo de soja representa cerca de 33% das exportações do conjunto, sendo responsável por 53% das exportações mundiais, ocupando o primeiro lugar no ranking dos países exportadores, superando importantes países do setor como o Brasil e os Estados Unidos. Contudo, o posto de destaque fica com a farinha e com os *pellets*<sup>14</sup>, representando 42% das exportações deste conjunto e, aproximadamente, 45% das exportações mundiais.

A crescente demanda por derivados da soja é oriunda da recente inserção de países como China e Índia, que possuem uma enorme população e, juntamente com ela,

---

<sup>13</sup> Valor referente ao ano de 2007 de acordo com o sítio de internet <http://www.indec.gov.ar/> acesso em 11/03/2010

<sup>14</sup> Nomenclatura inglesa que faz referência a pequenas porções de material aglomerado ou comprimido.

uma demanda bastante reprimida, principalmente por alimentos, além da, também recente, utilização daqueles produtos para a fabricação de biocombustíveis

### **2.2.1 O setor de maquinário agrícola.**

O setor de maquinário agrícola teve seu desenvolvimento fortemente marcado pelo período de substituição de importações, tendo sido bastante estimulado pelo mesmo. Este pode ser caracterizado, basicamente, por dois tipos de empresas, são elas: filiais de empresas transnacionais e empresas de capital nacional. Pode-se fazer alguma diferenciação entre elas já que as primeiras eram voltadas, principalmente, para o mercado internacional enquanto as outras tiveram o seu processo de crescimento orientado para o mercado interno. Até o final da década de 1970 as empresas de capital nacional funcionavam, praticamente, como única fonte de abastecimento para o mercado interno.

Com o passar dos anos e com eles o aumento de pressões por um setor interno mais competitivo, inerente a uma economia globalizada, em consequência de um mercado interno aberto, evidenciou-se a clara incapacidade do setor de se posicionar frente a seus pares internacionais. Dessa forma, todo ele teve de passar por um amplo processo de reestruturação, assim como redefinição de suas estratégias de atuação.

*“Em função dessas mudanças, a participação do setor no mercado interno alcançou os 35%, percentual superior, apenas, às primeiras décadas do século XX.” (García 2008 pp. 221)<sup>15</sup>*

Ao longo de toda a década de 1980 ficou ainda mais evidenciado, dado um cenário de alta competitividade, que o setor de maquinário agrícola já não tinha capacidade de competir, tanto no mercado interno como no mercado externo. Dessa forma, as empresas de capital nacional iniciaram um processo de reestruturação em um ambiente de elevada incerteza e preços relativos que não eram capazes de estimular a atividade produtiva.

Apesar de toda a conjuntura desfavorável, algumas empresas de capital nacional iniciaram seus processos de expansão, principalmente as que fabricavam tratores e

---

<sup>15</sup> *“Tras esos cambios, la participación del sector en el mercado interno llegó a 35%, cifra apenas superior a la exhibida en las primeras décadas del siglo XX.” (García 2008 pp. 221)*

semeadoras. Impulsionadas pela abertura econômica e conseqüente globalização do mercado interno, além dos avanços em direção à formação do MERCOSUL<sup>16</sup>. As grandes e médias empresas incorporaram aos seus planos de desenvolvimento objetivos como o aumento de suas exportações além de maior internacionalização de suas atividades.

*“O setor argentino de maquinário agrícola tem possibilidades de aumentar as suas exportações e seguir rumo à internacionalização por vários motivos. Primeiramente, o dinamismo dos mercados de produtos básicos está ampliando a fronteira agrícola local e mundial e as empresas argentinas possuem as condições necessárias para desenvolver e fabricar equipamentos adaptados aos mais diversos modelos de agricultura. (...) Por outro lado, os mercados de implementos agrícolas são dinâmicos. Em grande medida, em função da diversidade de fontes que levam inovação aos produtos. Essas fontes têm a ver com mudanças tecnológicas. (...) Isto implica que as barreiras a entrada são baixas e que empresas de capital nacional poderiam ingressar e mostrar igual ou melhor desempenho competitivo que as empresas já estabelecidas, incluindo as transnacionais. Além disso, a sofisticação da demanda e a internacionalização do mercado interno colocam as empresas de capital nacional, especialmente as de tratores e colheitadoras, em competição com grandes fabricantes de produtos que se encontram na fronteira tecnológica mundial. Essa situação desafia a capacidade de desenvolvimento das empresas locais e lhes oferece modelos de referência, além de incentivar o aprendizado: os produtos que possam competir satisfatoriamente no mercado interno também poderão fazê-lo em outros mercados.” (García 2008 pp. 236)<sup>17</sup>*

---

<sup>16</sup> Mercado Comum do Sul, constituído pelo Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991.

<sup>17</sup> Tradução livre. No original em espanhol: “El sector argentino de maquinaria agrícola tiene posibilidades de aumentar sus exportaciones y avanzar en su internacionalización por varios motivos. En primer lugar, el dinamismo de los mercados de productos básicos del agro está ampliando la frontera agrícola local y mundial y las empresas argentinas están en condiciones de diseñar y fabricar equipos adaptados a distintos modelos de agricultura. (...) En segundo lugar, los mercados de implementos agrícolas son dinámicos. En gran medida merced a la diversidad de fuentes que aportan a la innovación en los productos. Esas fuentes tienen que ver con cambios tecnológicos en las prácticas agronómicas (...). Esto implica que las barreras a la entrada son bajas y que las pymes de capital nacional podrían ingresar y mostrar igual o mejor desempeño competitivo que las empresas ya establecidas, incluidas las transnacionales. En tercer lugar, la sofisticación de la demanda y la internacionalización del mercado interno ponen a las empresas de capital nacional, especialmente las de tractores y cosechadoras, en competencia con grandes empresas fabricantes de productos que se hallan en la frontera tecnológica mundial. Esta situación desafía la capacidad de diseño de las empresas locales, les ofrece modelos de

Feita a reestruturação em um nível microeconômico, imagina-se que o desempenho de longo prazo do setor dependerá de sua capacidade de adaptar-se a mercados internacionais globalizados, sendo capaz de aumentar as suas exportações e internacionalizar-se. Tal empreitada poderá ser feita com sucesso dadas certas condições macroeconômicas, além do apoio de uma política “agro-industrial”.

Nos últimos anos, algumas empresas puderam alcançar o objetivo inicial de ser competitivas em um âmbito internacional, principalmente aquelas que se vêem assessoradas por instituições científicas, o que não significa, necessariamente, que tais empresas tenham obtido grande sucesso em fazê-lo. Para que esse incipiente processo de avanço rumo aos mercados internacionais possa ocorrer de forma mais veemente ele deverá estar baseado em um maior apoio através de atividades e programas governamentais, principalmente nas áreas de pesquisa.

Contudo, o crescimento das exportações e os avanços no processo de internacionalização ainda esbarram em limitações, com destaque para a superação de barreiras tecnológicas. Para tanto, a tranquilidade nos cenários macroeconômico e institucional é essencial para viabilizar a tomada de decisão em um âmbito de longo prazo. Além disso, programas de incentivo, acesso a crédito, padrões de qualidade e etc. poderiam garantir maiores escalas de produção e, conseqüentemente, maior produtividade.

O setor de maquinário agrícola, além de prover toda a base para o desenvolvimento da agricultura do celeiro do mundo pode representar o braço tecnológico capaz de promover o desenvolvimento de novas áreas produtivas. Através dele a Argentina poderia dar o tão esperado salto de qualidade, deixando de ser um país tão dependente de suas exportações de produtos agrícolas, e de baixo valor agregado. A *expertise* de uma agricultura de ponta pode viabilizar o desenvolvimento de maquinário à altura e capaz de se tornar mais um produto na pauta de exportações, trazendo mais dólares para a economia.

O aumento da participação do setor doméstico na produção de maquinário agrícola seria responsável por dois importantes avanços. Primeiramente, como dito anteriormente, ele seria capaz de impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias, que poderiam se espalhar por outros setores, gerando inovações e ganhos de

---

*referencia e incentiva el aprendizaje: los productos que compitan exitosamente en el mercado interno también podrán hacerlo en otros mercados.” (García 2008 pp. 236)*

produtividade. Além disso, iria reduzir o coeficiente de importações da economia. Dessa forma o multiplicador dos investimentos exerceria maiores efeitos sobre o setor interno, isto é, a Argentina deixaria de exportar empregos, impulsionando o mercado doméstico, além de reduzir as limitações de balanço de pagamento. A atual estrutura de exportações de baixo valor agregado e importações de elevado valor agregado é bastante dependente de financiamento externo, além de deixar o país bastante exposto a intempéries dos mercados internacionais.

A reduzida produção interna de bens industrializados, sejam eles de consumo, duráveis ou não-duráveis ou de capital, coloca a economia argentina em uma situação semelhante à explicitada no capítulo inicial deste trabalho, exportações de produtos de baixo valor agregado, e conseqüentemente, com reduzida elasticidade renda e importações de todo tipo de produtos, com alta elasticidade renda. Como mostrado no primeiro capítulo, tal modelo requer que tais economias cresçam a taxas inferiores as do resto do mundo, o que acabaria por amplificar sua situação de atraso relativo, além de funcionar como um freio a qualquer tentativa de desenvolvimento.

Como visto no modelo de desenvolvimento coreano, com apoio do governo, através de um modelo de autonomia e parceria<sup>18</sup>, um país é capaz de alterar a sua estrutura e desenvolver novas vantagens comparativas, sem perder de vista suas características iniciais. A Argentina se beneficiaria de seu histórico de celeiro do mundo, porém, o excedente agrícola seria utilizado de forma a criar economias de escopo (colocar definição). Ao fazer referência ao modelo coreano não proponho que a Argentina se torne uma plataforma de exportações ou que desenvolva setores de tecnologia de ponta, ainda que possa, eventualmente, vir a desenvolvê-los. A proposta consiste em ampliar os setores produtivos e transformar a economia em uma economia mais diversificada. Quanto às importações, essas devem coexistir com o crescimento, mas sem que representem limites ao mesmo.

---

<sup>18</sup> Faz referência ao livro de Autonomia e Parceria onde o autor, Peter Evans, descreve um modelo de atuação conjunta do Estado e do setor privado. Autonomia pois o Estado não está “preso” a amarras dos setores mais tradicionais e parceria pois o mesmo atua como um parceiro do setor privado, gerando os “desequilíbrios estimulantes” capazes de impulsionar os investimentos necessários ao desenvolvimento.



## Capítulo 3: Desenvolvimento não se copia, se cria

### 3.1 O Estado e o desenvolvimento

Por mais que possamos analisar diversos modelos de diferentes países, com maior ou menor êxito, não é possível afirmar que um determinado modelo obterá sucesso ou não. As tão faladas vantagens comparativas já não possuem o mesmo destaque, uma vez que, como comprovado pelo modelo coreano, uma política de desenvolvimento bem executada é capaz de alterá-las. Ainda assim restam inúmeras variáveis para serem entendidas: fatores históricos, geográficos, sociais, climáticos e, até mesmo, fatores políticos influenciam o desempenho de um país.

Dito de outra forma, é pouco provável que dois países historicamente rivais, com seguidos conflitos diplomáticos e, até mesmo, bélicos, em pouco tempo se tornem importantes parceiros comerciais. Mesmo com todo o avanço observado no transporte de mercadorias continua sendo mais vantajoso importar ou exportar para regiões mais próximas, por mais que os custos venham se reduzindo a passos largos. Um país com ampla consciência de seus direitos não verá os mesmos desaparecerem do dia para a noite, isto é, como no caso do povo francês, estes não permitirão ter os seus amplos direitos trabalhistas retirados facilmente, fator considerado, por muitas empresas, como um impasse para o aumento de sua produção ou mesmo abertura de novas plantas. No caso dos fatores políticos temos o exemplo do governo norte-americano que esteve voltado para os setores de tecnologia bélica e de petróleo durante os governos Bush e, atualmente, está mais voltado para os setores automotivos e de energias limpas. Os fatores políticos podem, em maior ou menor escala se tornar entraves ao desenvolvimento de um dado país, mas, impreterivelmente, determinam as diretrizes que o mesmo irá seguir.

Dessa forma, não cabe discutirmos se haverá ou não interferência do Estado na economia, o que devemos discutir é em que grau e de que maneira a mesma se dará. A Argentina viu sua estrutura estatal ser desmontada e, como consequência, o escopo de atuação do Estado bastante reduzido, culminando com o *Corralito* de dezembro de 2001. Desde então, com maior ou menor sucesso, os governos têm buscado aumentar sua participação na economia, e, em muitos momentos, enfrentando, inclusive, forte

resistência popular em função da ampla difusão dos tão aceitos conceitos neoliberais como verdades absolutas a serem seguidas.

Não será o Estado o único responsável pelo comportamento da economia nos anos que irão se seguir, contudo, é evidente que a sua atuação receberá amplo destaque. Os setores que ele buscará desenvolver, ainda que com forte participação do capital privado, seja ele local ou estrangeiro, esses serão, certamente, os setores que, encontram maior facilidade para a obtenção do sucesso. Linhas de crédito, regulamentação, incentivos fiscais, defesa comercial, negociações internacionais são apenas algumas das formas como um setor pode ser apoiado pelo Estado, cabendo a ele decidir qual é a maneira mais eficiente de fazê-lo.

### **3.2 Os diferentes tipos de Estados**

Diferentes Estados possuem os mais variados instrumentos como forma de atuação, sendo definidos por seus respectivos arcabouços institucionais. Apesar disso, pode-se dizer que o principal fator a ser levado em conta é a determinação política de seus governantes.

Um Estado deve possuir a independência suficiente para não estar “amarrado” e, ao mesmo tempo, precisa trabalhar em parceria com o setor privado, um limite bastante tênue. Tal atuação conjunta é uma marca dos Estados desenvolvimentistas, algo que nem sempre pode ser encontrado nos Estados intermediários e, principalmente, nos Estados predatórios.

#### **3.2.1 Estados predatórios**

Um Estado pode desenvolver características bastante nocivas ao desenvolvimento econômico, como no caso do Zaire<sup>19</sup>, liderado por Mobuto, além de inúmeros outros casos como as ditaduras da América Central e da África. O período sob o governo Mobuto foi marcado por intensa atividade extrativista nas minas de cobre, cobalto e diamantes, sem qualquer contrapartida para a população. O resultado foi um estilo de vida luxuoso para os membros do governo, sem falar em mansões na Europa e contas bancárias na Suíça.

---

<sup>19</sup> Atual República do Congo.

*“Após quinze anos sob o governo Mobuto, o sistema rodoviário, por exemplo, havia “simplesmente desintegrado” (Kabwit, 1979 pp.402) – por uma estimativa, restavam apenas 6 mil milhas do que havia sido uma rede de 90 mil milhas (New York Times, 11 nov. 1979). Nos primeiros vinte e cinco anos sob o governo Mobuto, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Zaire declinou num índice de 2% ao ano (Banco Mundial, 1991 pp204), levando gradualmente esse país rico em recursos naturais ao último plano na hierarquia mundial das nações e deixando a população do país numa miséria tão ruim ou pior do que aquela que sofreu sob o regime colonial belga.” (Evans 2004 pp. 75)*

Como visto, existem alguns casos de Estados que retiram alta parcela dos recursos disponíveis da população sem prover qualquer tipo de “bem coletivo”, maneira pela qual eles retiram recursos que poderiam se tornar investimentos produtivos inviabilizando o desenvolvimento de determinado país.

O caso zaireense, contudo, não pode ser encarado como um simples mau exemplo de atuação do Estado. Isto é, não é a burocracia que o torna um Estado predatório mas sim a ausência da mesma. A ausência de burocracia, no sentido Weberiano da palavra, permite aos detentores do poder atuarem de forma a enfraquecer qualquer intento transformador por parte da população, o que permite uma clara distinção dos em relação aos Estados desenvolvimentistas.

### **3.2.2 Estados desenvolvimentistas**

Um Estado desenvolvimentista seria um Estado com uma burocracia organizada e uma marcante atuação conjunta por parte dos governantes e da iniciativa privada de forma a buscar, constantemente, o desenvolvimento econômico. Através de uma burocracia eficiente, no sentido weberiano, um Estado será capaz de se equipar e se organizar, possibilitando uma atuação pró-desenvolvimento.

*“O “Estado desenvolvimentista” do Japão foi um elemento central na explicação do “milagre econômico” pós-Segunda Guerra Mundial”. (Evans 2004 pp.80)*

Destaca-se a atuação do MITI<sup>20</sup> e do *Japan Development Bank*<sup>21</sup>, o primeiro possuía a importante tarefa de pensar a economia japonesa, bem como entender a melhor forma de atuação por parte dos agentes econômicos. O segundo, por sua vez, deveria suprir as necessidades de capital das empresas em momentos nos quais o mercado não pudesse realizá-lo, e elas não fossem capazes de obtê-lo por conta própria. Além dessas importantes estruturas deve-se destacar, também, os rigorosos processos de seleção, através de disputados concursos públicos, os bem definidos planos de carreira, juntamente com remunerações condizentes com o setor privado, capazes de atrair os melhores profissionais e, ainda, prestígio e status especial aos funcionários do governo. Chalmers Johnson chegou a afirmar que o MITI seria, “sem dúvida, a maior concentração de poder cerebral no Japão”

Além do bem sucedido exemplo japonês também é possível encontrar estruturas semelhantes e resultados não menos excelentes na Coreia e em Taiwan. Na Coreia os concursos públicos são realizados desde o ano de 788. Com algumas variações todos possuem em comum uma “organização burocrática coerente e competente” (Evans 2004 pp.84).

Em comum destacamos as semelhantes, e bem sucedidas, estruturas do MITI japonês, do EPB<sup>22</sup> coreano e do CEPD<sup>23</sup> taiwanês. Grosso modo eram instituições voltadas para a política econômica, similares em competência e escopo de ação.

### 3.2.3 Estados intermediários

Feita a definição dos casos extremos é necessário observar os casos intermediários, isto é, aqueles que não podem ser tratados como desenvolvimentistas mas que, tampouco, podem ser caracterizados como predatórios. Sendo os exemplos mais marcantes os Estados brasileiro e indiano.

Ambos Estados não apresentam em sua história recente longos períodos de declínio do Produto Interno Bruto, como no caso do Zaire. A Índia apresentou elevadas taxas de crescimento industrial nos anos 1950 e 1960 enquanto o Brasil alcançou período conhecido como “Milagre Econômico”, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970.

---

<sup>20</sup> *Ministry International Trade and Industry*

<sup>21</sup> Equivalente ao Banco de Desenvolvimento do Japão

<sup>22</sup> Economic Planning Board

<sup>23</sup> Council on Economic Planning and Development

*“Suas estruturas internas e suas relações com a sociedade são, como o seu desempenho, difíceis de descrever sem ambigüidades. Dependendo do prisma do analista, foram descritos como ”fortes” e “fracos” e podem parecer “autônomos” ou “capturados””. (Evans 2004 pp.94)*

No caso dos Estados intermediários o Estado não consegue atuar de maneira autônoma, por vezes ele se vê preso meio aos diferentes interesses pessoais. Além disso, tampouco ocorre a parceria, necessária para a alteração da estrutura econômica dos Estados atrasados, as estruturas não são desenvolvidas a ponto de permiti-la.

*“O equilíbrio contraditório da autonomia e parceria será difícil de se manter. O desequilíbrio poderia tomar tanto a forma de um clientelismo excessivo quanto da incapacidade de construir projetos conjuntos com as elites industriais potenciais. A inconsistência é outra possibilidade”. (Evans 2004 pp.94)*

Os casos brasileiro e indiano são marcado por ilhas de eficiência, ou como dito por Peter Evans, “bolsões de eficiência”, em meio a inúmeros casos de extrema ineficiência. No Brasil vemos a situação do Banco Central e do BNDES, importantes agentes econômicos e que dispõem de vasta credibilidade.

### **3.3 O Estado argentino.**

O Estado argentino muito provavelmente seria classificado como um Estado intermediário, pecando fortemente na questão da parceria. Em função do longo período de esvaziamento pelo qual passou ao longo dos governos de característica marcadamente neoliberal, ele talvez possua relativa autonomia, mas não possui uma estrutura desenvolvida a ponto de permitir-lhe praticar desenvolver uma situação de parceria.

Ao longo dos últimos anos alguns avanços vêm ocorrendo no sentido trazer o Estado de volta à cena, isto é, ele vem sendo reequipado e tem procurado participar de maneira mais presente nas decisões econômicas do país. Obviamente essa não é uma

tarefa fácil de ser posta em prática, o Estado precisa adquirir a expertise necessária para fazê-lo além de enfrentar forte resistência dos setores dominantes.

A idéia principal deste capítulo não é afirmar que caso a Argentina seguisse modelos de sucesso como o Japão do pós-guerra ou mesmo a Coreia do Sul ela obteria sucesso e se desenvolveria aceleradamente. É importante entender que as vantagens comparativas pré-existentes são muito importantes, mas que novas podem ser criadas mediante uma política de desenvolvimento bem aplicada. Isto não significa dizer que a Argentina deve desenvolver a produção local de automóveis ou eletrodomésticos, os setores que possibilitaram o desenvolvimento de um determinado país não necessariamente apresentarão bons resultados para outro.

O Brasil também viu a sua estrutura ser alterada ao longo do século passado: houve a implantação da indústria automobilística, a criação da siderúrgica nacional, da Petrobras, da Embraer, entre outros.

O mais importante não é que a Argentina siga à risca um modelo de sucesso, mas sim que entenda que uma política bem aplicada pode alterar os rumos da história, e que esses não necessariamente implicam seguir o caminho que parece mais lógico, afinal de contas, “desenvolvimento não se copia, se cria”.

## Conclusão

Diferentemente de países como Chile e Nova Zelândia, a Argentina possui uma população consideravelmente mais numerosa e um território mais extenso, razão pela qual a soja não seria capaz de ser a única responsável pelo seu desenvolvimento, diferentemente, por exemplo, do que ocorre com o Cobre no caso chileno.

A Argentina pode e deve se apoiar na soja como ponto de partida, mas não pode tê-la como único caminho a ser seguido. Esta deverá atuar como uma importante fonte de redução das restrições externas, contudo, caso seja a única fonte, as restrições permanecerão, atuando como um limitador para o crescimento.

Dessa forma, não se defende que a Argentina desenvolva uma economia voltada única e exclusivamente para o mercado externo, isto é, uma economia voltada “para fora”. Por outro lado, também é bastante discutível se a economia argentina pode desenvolver-se “para dentro”, porém, com a existência do MERCOSUL tal discussão deixa de ser relevante, permitindo à Argentina vislumbrar maior possibilidades de negócios e, principalmente, maiores mercados capazes de viabilizar produções eventualmente inviabilizadas.

Como visto ao longo desse texto, dois são os pontos chave para o entendimento de economias emergentes exportadoras de *commodities*, em primeiro lugar, as exportações como importante via de financiamento externo, reduzindo as restrições de balanço de pagamentos, e, em segundo lugar, a gama de produtos a serem produzidos e comercializados. Isto é, uma economia com alta propensão a importar rapidamente se verá em uma situação limite, com restrições de financiamento externo. Além disso, uma economia que exporte produtos com baixa elasticidade renda e importe produtos com alta elasticidade necessitará, permanentemente, crescer menos que o resto do mundo.

Para solução das duas restrições acima não é necessário que se pratique um modelo de substituição de importações ou mesmo um modelo, como mencionado anteriormente, voltado “pra fora”. É preciso que se tenha uma economia com equilíbrio, que exporte, mas que também importe, proteja setores incipientes e abra a economia para os demais setores e, principalmente, sem concentração excessiva em algum setor específico.

O fato de a Argentina possuir uma população com um bom nível de qualificação, um território extenso além de alguma disponibilidade de recursos naturais, por si só já a coloca em boa situação perante outros países. Apesar dos últimos anos de

caos político e retrocesso econômico, através e de um completo desmonte de qualquer tipo de estrutura estatal, a argentina vem conseguindo, com relativo sucesso, passar por isso, além de ter atravessado o recente período de crise internacional sem ver a sua economia ser envolta, novamente, em uma complicada situação econômica através de novos anos de recessão. Diferentemente do que se poderia imaginar, a Argentina apresentou crescimento econômico nos últimos trimestres.

Por tudo isso, é possível imaginar que a economia argentina esteja bem preparada e encaminhada para um futuro melhor, sendo que este apenas poderia vir através de uma atuação conjunta dos setores estatal e privado, nacional e internacional, sem que algum desses esteja subjugado a outro.



## Referências Bibliográficas

- Amsden, Alice. **A Ascensão do “Resto”**. São Paulo: Editora Unesp, 2004
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000
- FERRER, Aldo. **A Economia Argentina De suas Origens ao Início do Século XXI**. Buenos Aires: Editora Campus, 2006
- GARCIA, Graciela. **La Industria Argentina de Maquinário Agrícola: ¿de La Reestructuración a La Internacionalización?** Buenos Aires: Revista de La CEPAL 96, dezembro de 2008
- GERCHUNOFF, P. Y. Llach. **Ciclo de la ilusión y el desencanto: un siglo de políticas económicas argentinas**. Buenos Aires: Editora Ariel 1998
- KOSACOFF, Bernardo. **Corporate strategies under structural adjustments in Argentina**. Londres: Editora Macmillan press ltd, 2000
- KREGEL, J. **Riscos e Implicações da Globalização Financeira para a Autonomia das Políticas Nacionais** em Economia e Sociedade, 7, dezembro de 1996
- KULESZ, Javier. **Argentina: Light at the end of the tunnel**. Buenos Aires: UBS Investment Research 2008
- KULESZ, Javier. **Argentina: The macroeconomics of the farm strike**. Buenos Aires: UBS Investment Research 2008
- KULESZ, Javier. **Argentina or Venezuela**. Buenos Aires: UBS Investment Research 2009
- LAVAGNA, Roberto. **Caso argentino: lecciones macroeconômicas**. Buenos Aires: Editora Crítica, 2003
- PINTO, Aníbal. **Notas sobre los Estilos de Desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Revista de La CEPAL dezembro de 2008
- PREBISCH, R (1950) **Estúdios econômicos de La América Latina** em Adolfo Gurrieri (org) **La Obra de Prebisch em la Cepal, lecturas**, Fondo de Cultura Econômica, 1982, México;
- PREBISCH, R (1951) **“Problemas Teóricos y Practicos del Crecimiento Econômico”** em Adolfo Gurrieri (org) **La Obra de Prebisch em la Cepal, lecturas**, Fondo de Cultura Econômica, 1982, México;
- ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006

SERRANO, Franklin. **Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil.**

ECLAC disponível em <http://www.eclac.org/argentina> acesso em 10 de maio de 2010

INDEC disponível em <http://www.indec.gov.ar/> acesso em 12 de junho de 2010

MECON disponível em <http://www.mecon.gov.ar/hacienda/> acesso em 05 de julho de 2010

UBA disponível em <http://www.econ.uba.ar/www/institutos/economia/CESPA/index.htm> acesso em 01 de Agosto de 2010

CESLA disponível em <http://www.cesla.com/> acesso em 10 de Agosto de 2009

BLOOMBERG disponível em <HTTP://www.bloomberg.com> acesso em 10 de Setembro de 2009

Mercosul disponível em <http://www.mercosur.org.uy/> acesso em 22 de agosto de 2010.